

CEDI - P. I. B.
DATA 27.09.93
COD 01.00.00.23

**Primeiro Relatório do
Projeto de Levantamento das Áreas Indígenas do
Sub-Médio São Francisco e sua Relação com o Sindicalismo Local**

**José Maurício Andion Arruti
Setembro de 1993**

APRESENTAÇÃO

O presente relatório é resultado de um total de 60 dias de trabalho, sendo que destes, 40 em campo, divididos entre conversas com profissionais da UFPE e da FUNAI de Recife e visitas a 3 grupos indígenas: os Tuxá de Rodelas-BA, os Kantaruré da Serra da Batida em Glória-BA e os Pankararu do Brejo dos Padres, entre os municípios de Tacaratu e Petrolândia-PE.

O trabalho de "gabinete" incluiu consulta ao arquivo do PETI (Programa Estudos sobre Terras Indígenas), às bibliotecas do PPGAS (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social) e do Museu Nacional, e um trabalho de "limpeza" e seleção de plantas para a montagem de um mapa geral da área em questão, assim como mapas específicos das áreas visitadas, de forma a obtermos também uma avaliação visual da situação de tais grupos. Este trabalho de consulta aos arquivos ainda não foi finalizado, restando um acervo de consulta quase obrigatória, mas de difícil manuseio e tratamento, que reúne o conjunto de relatórios, cartas, boletins, pareceres e outros documentos de fonte administrativa do órgão indigenista oficial, guardado no Museu do Índio na forma de microfilmes.

O trabalho de campo como havia sido previsto no projeto, concentrou-se sobre o grupo Pankararú, onde permaneci um total aproximado de 30 dias, deixando à visita dos outros grupos um caráter apenas exploratório. Estas visitas como foi dito, suscitaram questões que não eram aparentes no momento em que trabalhávamos apenas com a documentação, mas que por outro lado são de difícil entendimento sem o recurso a este material e à uma abordagem mais ampla e de caráter histórico, que permita contornar os dualismos (certo e errado, legítimo e ilegítimo, direita e esquerda ...) que a vivência e engajamento no conflito produzem. Com certeza, é esta transformação nas formas de representar o problema a maior contribuição que um trabalho deste tipo pode trazer.

Em função desta necessidade de construir um olhar mais geral para a questão e tendo em vista o público que tomará conhecimento deste relatório (1), optei em apresentar em primeiro lugar um esboço histórico, para depois

1. Dada a natureza apenas expositiva desse relatório e o público não acadêmico a que se destina resolvi tornar o texto mais ágil ao suprimir o procedimento, que caracteriza os textos acadêmicos, fazer citações às fontes a cada momento uma nova informação surge. Os créditos e o formato mais "científico" no

eleger as principais questões que envolvem aqueles grupos hoje. Este recurso à narrativa histórica no início do relatório não deve ser visto como o cumprimento ritual de uma formalidade presente em tantos relatórios. Ela, como disse, parece-me fundamental para entender algumas relações e algumas posturas atuais dos grupos em interação, além de ser necessária como uma espécie de "compensação" ao conhecimento tão mais vivo e atualizado da história da "luta" dos "trabalhadores rurais" da região.

Desta forma é apresentado neste primeiro momento o que no projeto chamamos de "análise horizontal", ficando a "análise vertical", ou seja, a sistematização e crítica do levantamento de campo, para um segundo momento.

entanto virão no relatório seguinte, em que será exposto o material de trabalho de campo.

APONTAMENTOS HISTÓRICOS ACERCA DOS ÍNDIOS DO SERTÃO

ANTES DE QUALQUER COISA.

Em primeiro lugar é preciso fazer uma distinção fundamental ao tema deste relatório: ele diz respeito aos **grupos indígenas do nordeste**. Estes grupos guardam em si muitas particularidades que não deixam confundi-los com o restante da população nordestina nem simplesmente com a imagem dominante que se têm sobre "índio". São grupos que não se encaixam na imagem do "índio genérico" que os livros didáticos, a mídia, o cinema e as campanhas ecológicas tornaram a única imagem verdadeira. Esta distinção é fundamental para que não se fique preso a um ideal ingênuo e primitivista dos grupos indígenas, posição que por outro lado incorre na ilusão perversa de querer que eles possam ter vivido sua longa história de contato com a sociedade branca, sem ter alterado sua visão de mundo e sua aparência, única forma que encontraram para manterem-se vivos física e culturalmente.

Esta distinção é ainda de grande importância política na medida em que, o que hoje apresenta-se como ideal ingênuo ou ilusão perversa foi mais ou menos explicitamente, uma estratégia de expropriação simbólica e material destes grupos, por parte do Estado Imperial e depois do Estado Nacional. Por isto, ao tratarmos da questão indígena no nordeste é preciso em primeiro lugar ter claro o processo histórico em que estes grupos estiveram envolvidos e a partir daí trabalharmos mais justa e conscientemente as representações que temos deles. Isto é claro, se não quisermos repetir as posturas das classes proprietárias do Império ou dos ideólogos da República, ambos sempre mais ou menos fortemente marcados por cores autoritárias. Em função disto, nos deteremos um instante nos aspectos mais gerais desta história.

A unidade "índios do sertão". A empresa colonial portuguesa, em pouco menos de dois séculos conquistou todo o território nordestino e estabeleceu as bases sociais e étnicas dos períodos seguintes. Processo no qual os povos indígenas da região se viram transformados de uma grande diversidade étnica numa unidade histórica e etnológica, constituída por um lado, pela adaptação ao ambiente da caatinga, que favorece a concentração de diferentes grupos em pequenos espaços favoráveis e por outro, pela associação histórica às frentes pastoris e ao padrão missionário dos séculos XVII e XVIII. É esta unidade

produzida pela dinâmica entre história e condicionantes ecológicas que explica a atual concentração destes povos no baixo e sub-médio São Francisco, em antigos aldeamentos como no caso dos Tuxá, Trucá, Kariri-Xocó e Xocó, em áreas de refúgio nos brejos como os Pankararú e Pankararé, ou nas serras como no caso dos Atikum.

A AÇÃO IMPERIAL

O governo Imperial no Brasil teve um contato direto principalmente com os índios do litoral e um relacionamento especialmente variado e permanente com os índios do nordeste, por onde a colonização avançou mais rápido e sistematicamente. Enquanto muitos grupos do sul do país tiveram seus primeiros contatos no final do século passado, os do Mato Grosso no início deste século e vários da Amazônia apenas nas décadas de 1970 e 1980, no século XVIII todos os grupos indígenas do nordeste já se encontravam catequizados, sendo que muitos ou já haviam sido extintos pura e simplesmente ou encontravam-se irremediavelmente fragmentados pelas empresas de escravização.

Poderíamos resumir as formas de contato inicial destes grupos com a sociedade branca mercantilista em expansão em basicamente três: a catequese, a escravização e a arregimentação para serviços de guerra. Além é claro, da absorção, submissão e descaracterização realizada através da violência sexual, que produzia à força, o ideal de uma sociedade mestiça e progressivamente embranquecida.

Usar o índio. Todo o período de entrada portuguesa pelo sertão foi sustentado pela escravização dos grupos indígenas, se utilizando para tal, muitas vezes das próprias disputas entre os grupos locais e da oposição entre este e o grupo do litoral. Era o expediente das "guerras justas".

Mais tarde essa forma de aliança pela guerra será usada também para expulsar outros poderes coloniais do sertão pernambucano e baiano. Nesse caso no entanto existia também alternativa dos diferentes grupos se aliarem aos interesses não portugueses, como forma de expressar sua posição às práticas coloniais portuguesas.

Depois da larga conquista do litoral pelas frentes econômicas e pela ação missionária, o século XVII será marcado pelas invasões Holandesas na Bahia e em Pernambuco, pela guerra de reconquista portuguesa e pelas revoltas indígenas que se darão no período. O período da "restauração viria a ser

caracterizado pela ocupação do sertão através da frente de colonização pastoril, que passou a predominar depois da saída Holandesa, como forma de garantir o domínio sobre grandes áreas de uma forma rápida e pouco dispendiosa.

Converter o índio. O contato sistemático entre índios e civilização colonial começa com o "ciclo Missionário" no fim do século XVI, quando a coroa concede aos religiosos o poder de criar e administrar as aldeias. Rápidamente as missões cobrem todo litoral nordestino, ainda que tendo que defrontar-se com os proprietários locais interessados em fazer valer os direitos que a Coroa portuguesa lhes dava de escravizarem índios através das "guerras justas".

Em meados deste mesmo século a abrupta redução do número de índios do litoral, devido à peste à fome faz com que os missionários se voltem para os índios do sertão. Assim, no final do século XVI toda a costa já tinha sido conquistada e o sertão começava a ser desbravado pelas missões, quando as invasões francesa, espanhola e finalmente a holandesa deflagram uma guerra onde, a oposição entre forças coloniais estrangeiras, encontra correspondência e se instrumentaliza das diferenças e oposições entre os grupos indígenas locais.

Neste período, a implantação da fé cristã servirá também para criar mais uma distinção útil para os colonizadores entre os grupos indígenas da região. Os missionários passam a atuar como capelães militares das tropas coloniais, submetendo com a ajuda dos índios batizados, outras tribos.

Aos grupos restavam poucas formas de se garantir sua sobrevivência física e sua integridade enquanto grupos (e através desta, alguma integridade cultural) não fosse pela aceitação da vida nas missões, que tinham suas terras garantidas. Essa garantia nunca sendo no entanto completa já que de fato este direito sempre foi frágil contra as frentes de expansão. Mas o que import frizar é que a decisão imperial de 1700, de que cada aldeia indígena tivesse uma légua de terra em quadra (2), para a sustentação de índios e missionários procurava assegurar simultaneamente o meio para a reprodução das aldeias e opor certos limites à cobiça dos senhorios, mas também liberar todo resto das terras que ficavam de fora dos reduzidos aldeamentos, à livre expansão das fazendas.

Apagar o índio O impacto do "ciclo missionário", em que prevaleceu a ação das Juntas das Missões, a ação sobre a população indígena teve consequências tão efetivas sobre a população indígena que ele mal terminava

2. É importante lembrar que légua em quadra não é o mesmo que légua quadrada. Segundo a forma métrica das sesmarias, a légua em quadra representa a partir de um ponto central, uma légua para cada lado, em formato de cruz.

e já se fazia a distinção entre "índios" e "caboclos". Distinção que indicava o lugar diferenciado que os índios "misturados" e cristianizados passariam a ocupar na estrutura social nordestina e, como veremos, será fundamental na definição de seus direitos.

Na mesma linha, um século e meio mais tarde, como resultado da política pombalina de forte incentivo aos casamentos interraciais e outras formas de interação entre população branca e índia, onde não foi de pouco peso o estupro, esta mesma política servirá para expropriá-los de suas terras. O recurso aos argumentos de fundo racista que afirmavam a "mistura" como diluidor da indianidade, passam a ter grande destaque nas estratégias de expropriação da terra, em especial depois de 1850, nas leis de terras que dispunham sobre os aldeamentos e mandavam "incorporar aos próprios nacionais as terras dos índios que já não vivem aldeados, mas sim confundidos com a massa da população civilizada". Isto permitiu com que a população dos aldeamentos fosse insistentemente apresentada como "misturada" a fim de culminar na afirmação do fim dos índios e daí de seus aldeamentos.

As respostas indígenas A imagem que deve ficar no entanto não é a de uma total anulação da capacidade de reação da parte desta população, ainda que tenha sido este o registro de historiadores tradicionais. Hoje tem sido progressivamente demonstrada a grande capacidade de mobilização destes grupos em associação com outros grupos sociais. Os grupos indígenas não apenas sofreram a história mas também a realizaram, através de uma vivência múltipla em que cooperavam, negociavam, conflitavam.

Estão nesta lista de reações tanto o movimento da "santidade, que consistia na exortação, por parte de líderes indígenas, de um comportamento inverso à moral cristã valorizando o não-trabalho, a guerra, o canibalismo aos contrários o os casamentos conforme os padrões tradicionais, quanto a "guerra dos bárbaros" que surgiu em reação ao violento movimento de expansão portuguesa depois da expulsão holandesa. Neste período o povoamento foi intensificado através da concessão de sesmarias aos soldados e oficiais que haviam lutado na restauração. O sucesso inicial deste levante indígena atrai um maior número de grupos e a situação torna-se incontrolável para a coroa portuguesa até que ela decide montar um exército mercenário, constituído de criminosos que teriam seus crimes perdoados, bandeirantes que teriam o direito de escravizar os índios capturados e mercenários pagos, que acabavam de mover guerra da mesma forma ao quilombo dos palmares.

Este reforço e as secas do período abalam o levante indígena, suce-

dendo-se vários acordos e tratados em que os índios tentavam estabelecer ao menos seus direitos às terras e sua liberdade. Mas novamente no início do século XVIII a Coroa portuguesa cria novos reforços mercenários através do recurso de isentar dos impostos imperiais todos que movessem guerra aos índios, conseguindo em fim sepultar a "guerra dos bárbaros".

Mas outras revoltas menores continuaram acontecendo ao longo de todo os séculos XVIII e XIX, envolvendo populações indígenas acompanhadas de diferentes segmentos étnico-sociais, como por exemplo a "guerra dos cabanos", que mesmo depois de dada oficialmente como terminada, ainda persistiu por mais 15 anos de lutas, assim como vários outros levantes de aldeias indígenas revoltados com o avanço das frentes pastoris sobre seus territórios.

Com o tempo no entanto estes grupos passam a dominar também a linguagem de seus dominadores, lançando mão dos poucos recursos legais que têm à mão. Assim, outra forma de mobilização indígena bastante recorrente foi o recurso às autoridades. A vinda do Rei para o Brasil, somado ao imaginário criado entre os grupos indígenas sobre ele constituir um senhor todo poderoso defensor de seus direitos e a quem deviam obediência, faz com que as reivindicações que até o século XVIII eram feitas através de missionários, passassem a ser em feitas pelos próprios indígenas no século XIX, em viagens até a capital.

Da mesma forma, quando no século XIX os argumentos raciais passam também a serem usados para a expropriação destes grupos, eles mesmos respondem revitalizando as formas que tinham à mão para se distinguirem do resto da população. Em resposta aos argumentos de que não mais seriam índios, reinvestiam de significado e força suas velhas tradições, instituições, leis e elementos de cultura material, para, como índios participarem de movimentos armados ou ir até as autoridades exigindo o cumprimento de leis.

Desaparecimento e redescoberta Esse processo de "caboclicização" das populações indígenas do nordeste, isto é, as formas pelas quais são progressivamente impedidas de se reconhecerem como indígenas, é tão real e efetivo que leva de fato à extinção da maioria dos aldeamentos. Mesmo mais tarde, já no século XX, com a criação do órgão indigenista oficial, quando se fala em índios não se pensa no nordeste, mas antes nas regiões meridionais do país, que então passavam a ser o lugar das novas frentes de expansão, onde os conflitos tornavam-se os mais sangrentos e onde, pelo curto tempo de contato, se reconheciam mais facilmente o "índio" em sua forma "inocente", como o supõe a cultura branca.

Os índios do nordeste passam assim mais de meio século sob pesa-

do silêncio, tendo que responder aos conflitos locais e à necessidade de manter suas tradições sem qualquer auxílio legal ou material. Este silêncio só começa a ser rompido novamente no final da década de 1930, quando é criada uma inspetoria do órgão indigenista oficial para o nordeste e se dá início à "redescoberta" dos grupos indígenas da região. Por isso tornasse interessante também conhecer um pouco das propostas e da ideologia deste órgão, assim como apontar aspectos gerais da relação que ele veio a estabelecer com estes grupos.

A AÇÃO NACIONAL

O primeiro órgão indigenista oficial foi o Serviço de Proteção dos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), criado em 1910 e considerado uma agência estatal de fronteira, isto é, um órgão criado especificamente para implementar uma política de criação e controle de uma fronteira econômica, em especial dos seus fatores de produção, que incluem terra e mão de obra.

Esta "agência de fronteira" tinha como base o núcleo do projeto indigenista: a idéia de **transitoriedade do índio**, visto como um ser a caminho de tornar-se "trabalhador nacional" ou seja, "não-índio", pronto para ocupar o território nacional e inserir-se em sua "ordem e progresso".

A diferença agora é que este projeto é o mesmo para índios e trabalhadores pobres, que também teriam que passar por transformações que os adaptassem às necessidades do Estado.

Índios de primeira e de segunda classe Em função deste projeto o órgão indigenista classificava os povos indígenas do Brasil em quatro categorias, quanto às relações que mantém com a "sociedade branca": a- os que não têm relações; b- os que já receberam violência dos civilizados; c- os que já estando domiciliados na civilização formam sociedade à parte; d- os que vivem em "inteira promiscuidade com os civilizados". Segundo esta classificação as duas primeiras categorias de índio ainda poderiam ser "recuperados" moralmente e transformados em trabalhadores, mas as duas últimas, onde justamente se encontravam os índios do nordeste, estariam irremediavelmente desmoralizados, sem possibilidade de recuperação para o título de "trabalhadores nacionais". Dessa forma, num primeiro momento de atuação deste órgão, os índios do nordeste foram inteiramente marginalizados, não merecendo qualquer atenção, nem mesmo quanto ao que lhes era fundamental, o reconhecimento de seus direitos à terra.

O SPILTIN e mais tarde apenas SPI, tinha portanto a função de dar ao Estado Nacional instrumentos para que ele promovesse sua própria expansão e sua capacidade de controle sobre as populações internas de regiões ainda não atingidas. Sua maior função "civilizatória" e "pacificadora" era portanto "criar terras" no sentido de "limpar" as terras em conflito e transformando autoritariamente índios e homens pobres "brancos" em "trabalhadores", a fim de viabilizar o estabelecimento das frentes de expansão. As poucas notícias da presença do órgão na região neste primeiro momento, em função desta ideologia, referem-se apenas ao Maranhão e ao sul da Bahia, onde se decretou a criação de dez centros agrícolas. Esses centros tinham sobretudo a função de liberar terras para a crescente expansão canavieira local, e disciplinar a mão de obra a ser utilizada nesta expansão.

"Depois de Deus o governo" Outro aspecto importante da ideologia deste órgão era se pensar como um poder acima dos poderes locais e por isto **modernizador**. Segundo esta visão o SPI encontraria nos poderes locais apenas obstáculos, enquanto a nível federal era incentivado. No entanto, trabalhos recentes mostram que ele fazia várias alianças em todos os níveis, não exatamente se opondo frontalmente, mas negociando e muitas vezes tirando vantagens de alianças com setores caracterizados pela exploração da mão de obra indígena e camponesa.

Esta imagem de isenção e altruísmo no entanto conseguiu ser bastante difundida entre a população indígena e a opinião pública mais ampla, respaldando suas ações. Como consequência temos que historicamente, forma-se nas populações indígenas uma forte propensão e mesmo dependência, em fazer alianças apenas com as agências federais, as quais o órgão indigenista oficial, como monopolizador da relação entre os grupos e os outros agentes sociais, dava acesso. O "governo" assim, transformava-se num lugar mítico, acima de todos os interesses locais, de onde vinham pessoas com poder de impor a lei e a justiça, e que na falta de agentes sociais locais dispostos, restava como única fonte de alianças, para os grupos indígenas.

OS GRUPOS INDÍGENAS DO SUB-MÉDIO SÃO FRANCISCO E SUAS TERRAS

Depois deste quadro histórico bastante resumido, é necessário conhecer mais particularizadamente a situação em que se encontram as atuais áreas do sub-médio São Francisco. O recorte utilizado neste relatório inclui um total de 10 "terras indígenas" entendidas como o espaço social e político de conflitos que definem as possibilidades e limites de uma posse indígena, envolvendo diferentes processos jurídicos e as vezes diferentes áreas. Isto significa que aqui contamos como uma mesma "terra" o que a burocracia estatal conta como duas ou mais áreas, já que muitas vezes esta fragmentação é menos produto das intenções e da dinâmica real que de disposições administrativas e condicionamentos formais.

Por outro lado, algumas terras têm uma ligação menos atual entre elas, mas que é importante para entender a sua existência. Algumas são ocupadas pelo mesmo grupo indígena desmembrado politicamente em momentos anteriores, seja por conflitos internos, seja por contingências que dizem respeito às próprias condições de reprodução do grupo. Por vezes este desmembramento é tão forte ou tão antigo que tais grupos não reconhecem mais esta ligação, ainda que a conheçam, preferindo adotar uma nova designação. Por isso tentarei, na medida em que esta rápida leitura permitir, aglutinar as terras que tenham ligações deste tipo, de forma a auxiliar uma melhor apreensão do processo de fragmentação e reagrupamento histórico já indicado no quadro histórico mais geral, ao mesmo tempo que isto nos ajuda a melhor compreender as situações de fato hoje.

Antes porém é útil ter uma imagem do conjunto dessas terras, que é apresentado a seguir de duas formas: através de um mapa com suas disposições espaciais e o desenho de suas áreas, e através de uma listagem que resume as informações mais importantes sobre suas situações jurídicas e suas situações de fato (as terras com que trabalhamos encontram-se destacadas).

Lista das Terras Indígenas do Nordeste presentes neste mapa

- 1. TRUKÁ**
- 2. ATIKUM**
- 3. RIACHO DO BENTO**
- 4. NOVA RODELAS**
- 5. PANKARARÉ**
- 6. BREJO DO BURGO**
- 7. KANTARURÉ**
- 8. QUIXABA**
- 9. PANKARARÚ**
- 10. MASSACARÁ**
- 11. KIRIRI**
- 12. KAMBIWÁ**
- 13. GERIPANCÓ**
- 14. TUXÁ DE INAJÁ**
- 15. KAPINAWÁ**
- 16. FULNI-Ô**
- 17. CAIÇARA/ILHA DE SÃO PEDRO**
- 18. XUCURU**
- 19. XUKURU-KARIRI**
- 20. KARIRI-XOCÓ**
- 21. TINGUI-BOTÓ**
- 22. KARAPOTÓ**
- 23. WASSU-COCAL**

LISTAGEM DAS TERRAS INDÍGENAS DO NORDESTE
PETI/Museu Nacional – Junho/1993

12

Terra	Grupo Indígena (população)	Município/UF	Área	Extensão (ha)	Situação jurídica e da demarcação	Situação atual do processo	Observação (Invasão/Outras destinações)
Atikum	Atikum 3.582 (Funai:89)	Carnaubeira e Floresta/PE	Atikum	15.276,0	Identificada GT/Ports.217, de 14.03.89 e 600, de 05.07.89	A proposta foi encaminhada ao Ministro da Justiça (Descho Pres.Funai nº 8, de 07.05.93), que não emitiu portaria declaratória no prazo de 30 dias cf. Dec.22/91. Funai/BSB/1055/90	O levantamento fundiário foi realizado parcialmente pelo GT/89, devido a conflitos na área. Não foi apresentada alternativas para o desintrusamento da área. <i>Posseiros.</i>
Barra	Kiriri 30 (Anaf-BA:92)	Muquém de São Francisco/BA	Fazenda Passagem	37,6	Adquirida pela Funai em 1986; parte demarcada em 1991.	Funai/BSB/0418/89	Adquiridos aproximadamente 62 ha, parte da Fazenda Passagem, porém demarcados 37 ha. Área ocupada pelo grupo apenas para atividades agrícolas.
Caiçara/ Ilha de São Pedro	Xocó 206 (Funai:88)	Porto da Folha/SE	Caiçara	4.220,0	Homologada (*) Decreto 401, de 24.12.91	Funai/BSB/0946/88	(*) O Decreto de homologação trata das duas áreas. A Ilha foi objeto de doação por parte do Executivo Estadual à União Federal (Lei Estadual nº 2263/80). <i>Posseiros. Hidrelétrica Planejada.</i>
			Ilha de S.Pedro	96,8	Idem		
Fulni-ô	Fulni-ô 2.790 (Funai:91)	Águas Belas/PE	Fulni-ô	11.500,0	Dominial Indígena (*) Dec. Estadual nº 637, de 20.07.1928	Funai/3ª Suer/4035/88	(*) A área foi doada aos índios em atos da Coroa Portuguesa e Império. O Decreto de 1928 reconhece as terras doadas para os Fulni-ô. Não há contudo qualquer ato que formalize a categoria <i>Dominial Indígena</i> nos termos do Estatuto do Índio. A área teria sido, segundo a Funai, demarcada em 71, com base na doação da légua em quadra, mas os dados teriam se perdido. O arrendamento das terras e os limites do perímetro urbano são os principais impasses à definição dos limites. <i>Posseiros. Arrendatários. Perímetro Urbano. Estradas/Rodovia. Linha de Transmissão.</i>
Geripancó	Geripancó 500 (Funai:88)	Pariconha/AL	Ouricuri	15,0	Dominial Indígena (*)	A proposta do GT-92 não foi ainda formalizada e inclui as áreas adquirida e dominial. Funai/BSB/0280/86	(*) A propriedade dos índios não é formalmente reconhecida como "Dominial Indígena" nos termos do Estatuto do Índio.
			Faz.Padre Cícero III	200,0	Adquirida pela Funai em 1987		
			Geripancó	1.100,0	Identificada GT- PP 1285, de 25.08.92		
Ibotirama	Tuxá 332/ (Funai:91)	Ibotirama/BA	Ibotirama	2.019,0	Homologada Dec.379, de 24.12.91	Funai/BSB/2608/90	A área foi adquirida pela Chesf para reassentamento do grupo Tuxá que viviam em Rodelas/BA, inundada pela Barragem de Itaparica. O grupo se dividiu ficando uma parte em Nova Rodelas
Kambiwá	Kambiwá 1108 (Funai:88)	Ibimirim, Inajá Floresta/PE	Kambiwá	23.000,0	Identificada GT-Port.1284/92		Os índios reivindicam o uso da Reserva Biológica da Serra Negra. <i>Reserva Biológica (no limite). Seca. Desmatamento.</i>

LISTAGEM DAS TERRAS INDÍGENAS DO NORDESTE
 PETI/Museu Nacional – Junho/1993

13

Terra	Grupo indígena (população)	Município/UF	Área	Extensão (ha)	Situação jurídica e da demarcação	Situação atual do processo	Observação (Invasão/Outras destinações)
Kantaruré	Kantaruré 180 (Anai-Ba:92)	Glória/BA	Kantaruré	70,0	Identificada O.S. 301/Gab/3ª Suer/89, de 21.09.89	Funai/3ªSuer/300.628.89.4	Identificados como <i>indígena</i> pela 3ª Suer/Funai, que não propôs uma <i>área</i> , indicando apenas que os índios ocupam cerca de 70 ha.
Kapinawá	Kapinawá 354 (Funai:91)	Buíque/PE	Kapinawá	12.260,0	Identificada GT-Port.1647/E, de 05.06.84	O GTI-Dec.88.118/83 em 1985 não aprovou a delimitação proposta por não ter sido concluído o levantamento fundiário, desde então o processo encontra-se parado.	Posseiros.
Karapotó	Karapotó 500 aprox.	São Sebastião/AL	Karapotó	1.810,0	Identificada GT-Port.PP 0411/88	Funai/BSB/0496/89	Os índios habitavam um povoado cerca de 4km distante da área proposta pela Funai. Depois de duas tentativas de ocupar a área proposta (totalmente ocupada por fazendas e posseiros), eles estão desde 91 acampados a margem da BR-101, limite leste da área. <i>Rodovia. Posseiros/Fazendas.</i>
Kariri-Xocó	Kariri-Xocó 1500 (Funai:90)	Porto Real do Colégio/AL	Kariri-Xocó	664,0	Delimitada Port.MJ 600, de 25.11.91	Funai/BSB/2598/91	
Kiriri	Kiriri 1780 (Funai:86)	Banzaé e Quijingue/BA	Kiriri	12.300,0	Homologada Dec.98828/90	Funai/BSB/0302/85	
Massacará	Kaimbé 1.200 (Funai:88)	Euclides da Cunha/BA	Massacará	8.020,0	Homologada Dec.385, de 24.12.1991	Funai/BSB/1146/82	Durante os estudos de identificação a área proposta era de 6.749 ha, tomando como base a discussão sobre a légua em quadra. Não temos informação sobre as alterações ocorridas na demarcação.
Nova Rodelas	Tuxá 450 (Funai)	Rodelas/BA	Rodelas	480,0	Adquirida Convênio Funai/Chesf, 87	Funai/BSB/1146/82	As áreas, distantes cerca de 20 km uma da outra foram adquiridas para reassentamento dos Tuxá com a inundação de Rodelas e Ilha de Viúva pelo lago da UHE de Itaparica, o grupo acabou se dividindo e parte foi para Ibotirama (distante 1200 km). Os índios não ocupam a área do Riacho do Bento, adquirida para agricultura, mas toda ocupada por posseiros. <i>Núcleo urbano. Hidrelétrica/Transferência. Estrada.</i>
			Riacho do Bento	4.584,0	Adquirida Convênio Funai/Chesf, 87		
Pankararé	Pankararé 723	Glória, Paulo Afonso e Rodelas/BA	Pankararé	29.597,0	Identificada. Demarcada. GT-Port.1909/E de 22.07.85	Funai/BSB/1090/91 (Brejo)	Não há acordo sobre o reassentamento de posseiros que ocupam a área identificada. Estação Ecológica Raso da Catarina engloba parte da área identificada. <i>Estação Ecológica. Posseiros</i>
			Brejo do Burgo	17.700,0	Delimitada. Não demarcada Port.MJ 265, de 28.05.1992		

LISTAGEM DAS TERRAS INDÍGENAS DO NORDESTE
PETI/Museu Nacional – Junho/1993

14

Terra	Grupo Indígena (população)	Município/UF	Área	Extensão (ha)	Situação jurídica e da demarcação	Situação atual do processo	Observação (Invasão/Outras destinações)
Pankararu	Pankararu 3.676 (Funai:87)	Tacaratu e Petrolândia/PE	Pankararu [I]	8.100,0	Homologada Dec.94.603, de 14.07.87		O total da área identificada inclui os 8.100 ha já homologados. Todas as duas áreas estão invadidas por <i>Posseiros</i> , fonte de frequentes conflitos e do impasse sobre a definição da terra.
			Pankararu [II]	14.294,0	Identificada		
Potiguara	Potiguara	Baía da Traição Rio Tinto Mamanguape/PB	Potiguara	21.238,0	Homologada Decreto 267, 29.10.91	Incluída na lista de áreas a identificar (FUNAI/93).	Grupo reivindica a efetivação da demarcação paralizada com o reconhecimento da posse da área pelo grupo (Port. 277, 01.06.92). <i>Posseiros. Usina de Alcool. Estância de Veraneio. Títulos de propriedade particular.</i>
			Jacaré de São Domingos	4.500,0	Delimitada Port. 277, 01.06.92		
			Monte-Mór	0	[Reivindicada]		
Quixaba	Xucuru-Kariri 94 (Anai-BA:92)	Glória/BA	Faz.Pedrosa	18,0	Adquirida pela Funai em 1986		Diocese de Paulo Afonso adquiriu em 1989 uma gleba contígua à Faz.Pedrosa com 21 ha, destinado ao uso dos índios ali reassentados.
Tapeba	Tapeba 1.143 (Barreto Fº:92)	Caucaia/CE	Gleba Tapeba	4.643,0	Identificada GT-Port.1327/86, 02.09.86	Funai/BSB/1986/85	
			Gleba Palmirim	41,0	[mesma proposta]		
Tingui-Botó	Tingui-Kariri-Botó 180 (Funai:91)	Feira Grande/AL	Faz.Boa Cica	3,0	Adquirida pela Funai em 04.04.1984	Funai/BSB/2732/87 Tingui-Botó foi incluída na lista da Funai de áreas a identificar em 1993	A Faz.Ypioca está registrada em nome da Funai, as duas outras em nome da comunidade indígena tendo o órgão como seu representante. Os imóveis são contíguos perfazendo 121 ha, os índios reivindicam uma área maior incluindo o povoado de Olho D'água do Meio.
			Faz. Olho D'Água do Meio	31,5	Adquirida pela Funai em 04.04.1984		
			Faz.Ypioca	59,6	Adquirida pela Funai em 1988		
Tremembé	Tremembé 2.247 (Funai:92)	Itarema/CE	Tremembé	4.900,0	Identificada Gt-Port1366, de 07.12.92	A proposta foi encaminhada ao Min.da Justiça pelo Despacho/Pres.Funai 003, de 12.02.1993, sem resposta.	
Truká	Truká 300	Cabrobó/PE (I.de Assunção)	N.Sra. de Assunção	1.650,0	Delimitada Port/MJ junho/93 [cf]	Funai/BSB/04312/76	A área delimitada está localizada na Ilha, os índios ocupam cerca de 500ha da área estando o restante ocupado por posseiros. A apelação foi impetrada pela Funai para anular a escritura de doação da Ilha, que faria retornar a área total desta aos índios.
			Ilha de Assunção	6.000,0	[Sub judice (*)] Apelação cível nº 30718/81	Aguarda parecer do TFR.	

LISTAGEM DAS TERRAS INDÍGENAS DO NORDESTE
PETI/Museu Nacional - Junho/1993

15

Terra	Grupo Indígena (população)	Município/UF	Área	Extensão (ha)	Situação Jurídica e da demarcação	Situação atual do processo	Observação (Invasão/Outras destinações)
Tuxá de Inajá	Tuxá 15 famílias (Funai:88)	Inajá/PE	Faz.Funil	140,0	Adquirida Convênio Chesf/Funai	Incluída na lista da Funai de áreas a identificar em 1993.	
Vargem Alegre	Pankarú 74 (Anai-BA:92)	Serra do Ramalho/BA	Vargem Alegre	981,1	Homologada (Reserva) Dec.247, de 25.10.91		Área doada pelo INCRA em 1988, e registrada no Cartório como <i>Reserva Indígena</i>
Wassu-Cocal	Wassu 789 (Funai:89)	Joaquim Gomes/AL	Wassu-Cocal	2.758,0	Homologada Dec.392, de 24.12.91	Funai/BSB/5326/79	
Xukuru	Xukuru 4.750 (CIMI:92)	Pesqueira/PE	Xucuru	26.980,0	Delimitada Port.MJ 259, de 28.05.92	Funai/BSB/394/92	Há aproximadamente 900 posseiros na área, sendo que 31 são grandes fazendeiros. <i>Fazendeiros. Projetos Agrícolas.</i>
Xukuru-Kariri	Xucuru-Kariri 1.015 (Funai:88)	Palmeira dos Índios/AL	Mata da Cafurna (I)	117,6	Dominial Indígena Port.959/E, de 16.07.81	Funai/BSB/015/89	(*) A área identificada em 1988 engloba todas as outras e inclui a área da cidade de Palmeiras dos Índios (34.000 hab/Censo:80), sobre a qual os índios reivindicam o pagamento de uma espécie de imposto. Esta área é baseada na extensão da légua em quadra conforme doação de 1700.
			(II)	22,0	Adquirida pela Funai após conflitos em 1987		
			(III)	170,0	Sub júdice (ocupada) pelos índios		
			Fazenda Canto	277,0	Adquirida pelo SPI em 1952		
			Xucuru-Kariri	13.020,0	Identificada (*) GT-Port.0461, de 02.04.88		

ATIKUM

O mais provável é que os atikum tenham origem na Serra Negra de onde foram expulsos por criadores de gado, vindo a se estabelecer na Serra do Umã, no século XIX, onde juntaram-se a outros grupos indígenas. Mas também nesta serra viriam a ter problemas, gerados pelo gado de fazendeiros vizinhos que os largavam obre seus roçados e com impostos ou foros cobrados pela prefeitura de Floresta até 1950, pelo uso da terra.

A situação veio se alterar depois que o SPI fez os primeiros contatos com o grupo em 1943 e 1945, quando foram reconhecidos como índios. Assim, em 1949 seria criado o posto indígena (PI) "Aticum" e logo depois o SPI entraria em acordo com a prefeitura para encerrar a cobrança do imposto aos índios, ainda que não tenham conseguido acabar com as invasões de gado. O órgão não elaborou no entanto qualquer proposta de reconhecimento formal da área até 1984, ainda que em seus relatórios a apresentassem como tendo aproximadamente três "léguas em quadro", e em termos práticos tenha realizado uma série de projetos de desenvolvimento econômico

Finalmente em 1984, a FUNAI manda uma equipe para delimitação da área, que não é realizada em função de conflitos entre índios e posseiros, que chegaram a resultar nos assassinatos do chefe indígena e de sua filha. O conflito prossegue pelos anos seguintes chegando a matar 10 pessoas entre 1985 e 1987, deixando a situação tão tensa que algumas famílias atikum foram transferidas para outras áreas (Trucá em Pernambuco, Vargem Alegre e Barra na Bahia).

Apenas em 1989 um novo grupo da FUNAI volta a realizar a identificação da AI Atikum. Depois que algumas propostas indígenas que pretendiam recuperar os limites tradicionais de sua ocupação foram abandonadas pelo próprio grupo, por incluírem as cidades de Carnaubeiras, Barra do Silva e Conceição das Crioulas, além de vários povoados, ficou resolvido que a identificação seguiria os "limites atuais, ou seja, uma área de 15276 ha, que inclui toda a serra do Umã e região adjacente. Mesmo assim o grupo de trabalho da FUNAI, com técnicos do INCRA e do governo estadual, não conseguiu realizar o levantamento fundiário de toda a área, dado o clima de conflito permanente no sul da área, sem também apresentar qualquer proposta de resolução para o impasse no trabalho.

Em março de 1993 um antropólogo da FUNAI sugere ao Ministro da Justiça a delimitação da área mesmo sem fazer o levantamento fundiário da

área e apesar do clima de tensão. A proposta foi aceita, mas ainda se espera o encaminhamento da questão.

XOCÓ E KARIRI-XOCÓ

Os Xocó e os Kariri são um exemplo de grupos que criaram fortes ligações, inclusive com alterações sobre a composição de um deles, através do processo de fragmentação e reagrupamento produzido pela expansão das frentes pastoris e dos aldeamentos missionários. O contato direto com os currais e com a escravização, assim como a proximidade geográfica entre eles viabilizou um trânsito intenso de população que se transferiu principalmente da xocó para a kariri. Suas histórias particulares que provavelmente já estavam ligadas por laços de afinidade, depois da metade do século XIX tornam-se imbricadas.

Os Xocó de Caiçara e Ilha de São Pedro. A terra xocó, constituída pelas AIs Caiçara e Ilha de São Pedro, tem origem em 1700, numa doação feita pelo donatário da capitania do Morgado ao grupo, em nome dos serviços prestados na luta contra os holandeses. Junto com esta doação receberam também a presença de um missionário e a instalação da missão de Porto da Folha, numa área de uma "légua em quadra" na beira do rio.

Do outro lado do São Francisco e mais abaixo dele, em Alagoas à mesma época, outros missionários criam um convento e um colégio usando-os para atrair e fixarem diferentes tribos da região. A maior população reunida foi a kariri, que deu origem então ao povoamento de Porto Real de Colégio, com duas léguas de terra, sendo uma à margem do São Francisco.

O fim do "ciclo das missões" e as leis de 1850 permitem que proprietários locais comessem a negar a existência de índios no aldeamento de São Pedro da Folha, alegando a "mistura" dos xocó com a população da região, até que finalmente em 1888 o aldeamento é dado como extinto e suas terras são entregues à câmara municipal que passa a aforá-las. Desse momento em diante lideranças xocó passam a viajar até o Rio de Janeiro a fim de se queixarem pessoalmente ao imperador, sem no entanto conseguirem qualquer resultado. Mais tarde até mesmo a Ilha de São Pedro é invadida pela família Brito, de fazendeiros, dispersando os índios de lá, que vão em parte pedir abrigo entre os kariri de Porto Real de Colégio. Estes, ao contrário dos xocó, tinham assegurado suas posses ao receberem diretamente das mãos de Pedro II, segundo tradição oral do grupo, uma concessão em 1859, quando este visitava a região.

Isso no entanto não significa que a terra kariri tivesse sido posta fora de perigo. Ela foi objeto de ataques por parte da população também sob o argumento de serem "misturados". O próprio governo, primeiro o imperial e depois o republicano, investiu diretamente nesta conversão de suas terras através de sucessivos projetos governamentais desde 1877 e num período contínuo entre 1924 e 1976.

No caso dos xocó o remédio encontrado foi continuar insistindo em seus direitos das mais diferentes formas. Primeiro com invasões em 1914, apoiados pelos Kariri-xocó, depois em 1916 com novas viagens ao Rio de Janeiro e em 1930 junto ao SPI que acabara de instalar um PI no local. Mas apesar de tudo, em 1963 é consumada pela prefeitura de Propriá, a venda de suas terras à família Brito, que se apossa também e por completo da Ilha, cercanda-a de arame e impedindo-os de plantarem.

Na década de 1970 no entanto, os xocó passam a contar com o apoio da diocese local e conseguem denunciar a situação na imprensa. A família Brito, que então ocupava a prefeitura de Propriá, usa de violência contra duas freiras para repreender a Igreja por seu apoio e, em 1979, os Xocó novamente apoiados pelos kariri-xocó, invadem a Ilha. Dada a gravidade do conflito e sua repercussão na imprensa, a FUNAI finalmente envia uma equipe para uma avaliação da situação e depois de grande resistência, o governo do estado de Sergipe declara a área de utilidade pública, comprando-a da família Brito. Em 1980 essa terra é doada ao governo Federal e só em 1984 há o seu repasse à FUNAI, quando então o órgão faz a demarcação da área. Essa demora de quatro anos implicou numa tensão renovada, dado que a família Brito continuava sendo proprietária da área Caiçara, em frente à ilha.

Apenas em 1985 a AI Caiçara seria também identificada pela FUNAI, mas como o processo também foi demorado, desta vez a família Brito pôde vender sua posse para outros fazendeiros que então passam a opor uma nova resistência ao processo, inclusive através de armas e depois com o apoio da PM, sustentados em decisões judiciais favoráveis, impedindo os levantamentos fundiários necessários.

Em 1987 trezentos xocó ocupam a área e são expulsos também pela PM. De lá dirigem-se para a delegacia regional da FUNAI e a ocupam, ao mesmo tempo em que recorrem ao Ministério Público, que envia o caso para o Procurador da República em Recife. Este decide viabilizar os trabalhos da FUNAI com a presença da PF em 1888. Os xocó voltam a pressionar em 1991 e a FUNAI finalmente demarca a área sem no entanto desintruza-la. Hoje a si-

tuação é de expectativa, esperando-se pelos recursos para as indenizações. Por outro lado, depois de tanta disputa, há a ameaça de construção de uma nova usina hidrelétrica na região, para a expansão do sítio de Xingó, que atingiria a Ilha e as margens da Caiçara, ou alterando seu ciclo de águas ou inundando-as completamente.

Kariri-Xocó. Já a terra do grupo kariri que recebeu o afluxo de Xocó, só viria a ter a presença do SPI em 1944, quando este, a pedido do Padre Dâmaso, funda um PI em Porto Real de Colégio, a cerca de 300 metros da sede da prefeitura municipal e nomeia o grupo de Kariri-Xocó. Daí em diante o grupo se veria implicado numa série de problemas derivados de programas agrícolas governamentais, sem que o órgão providenciasse qualquer delimitação da área. Assim é que em 1949 o Ministério da Agricultura através do Departamento Nacional de Produção Vegetal, entrega ao grupo 50 ha de terras denominados "Colônia".

Tendo estas terras garantidas o grupo passa a reivindicar áreas próximas, entrando num conflito que atinge proporções maiores na década de 1970, quando o governo Federal encaminha novas diretrizes referentes às formas de acesso à terra e à organização da força de trabalho. Além disto, desconhecendo completamente as plantações de subsistência do grupo, o governo dá continuidade aos projetos que já vinha implantando desde 1924, agora com a criação de uma "fazenda modelo", justamente numa área reivindicada como marco histórico do grupo.

Quando em 1978 o grupo invade a fazenda modelo argumentando ela ser parte de seu território e ter continuidade com a Mata do Ouricuri, onde realizam seus rituais religiosos, a FUNAI institui um grupo de trabalho para definir os limites da área, chegando a 628ha. Esse trabalho tem continuidade com um novo GT que amplia a área até a Entrada do Sampaio, totalizando 664ha. Esta proposta no entanto só seria formalizada pelo ministério da justiça em 1991. Ela porém, tem forte presença de posseiros, o que tem levado a sérios conflitos que ainda não tiveram qualquer encaminhamento em direção a um acordo.

PANKRARARÚ, PANKRARARÉ, GERIPANCÓ E KANTARURÉ

Os Pankrararú e os Pankrararé são os atuais descendentes diretos de um mesmo grupo que se desfez provavelmente em fins do século XVI, em fun-

ção de investidas coloniais, e do qual hoje se desconhece a denominação precisa.

Muito pouco estudados etnográfica e linguisticamente, pode-se apenas inferir sobre seus movimentos pré-coloniais, quando aparentemente foram expulsos do litoral pela expansão no sentido Norte/Sul dos Tupi e, encontrando resistência para o avanço à Oeste, pela presença do Jê, se estabeleceram no sub-médio São Francisco. Seus primeiros contatos sistemáticos ocorreram já em meados do século XVII, período de intensificação da atividade courística (ciclo do couro). Por esta época atuava sobre o grupo a Missão Jesuítica de Curral dos Bois.

Devido o grande fluxo populacional em direção ao território indígena, o grupo tradicional migra, ainda no século XVII, a procura de terras férteis mais isoladas, indo parte para Pernambuco e parte permanecendo na Bahia. Os de pernambuco, atraídos junto com outros grupos que ocupavam ilhas próximas, por uma missão religiosa se estabelecem num aldeamento que mais tarde veio a originar a cidade de Cana Brava, atual Tacaratú, e que se estendia por um brejo próximo, que veio a se chamar Brejo dos Padres. Este foi o grupo que veio a se chamar Pankararú, enquanto os que ficavam na Bahia se estabeleceram no Brejo do Burgo e passaram a se auto-designar como Pankararé.

Pankararú. Faz parte da tradição oral do grupo, ratificada por citações também tradicionais nos relatórios do órgão indigenista oficial, a cessão de quatro "léguas-em-quadra" de terra ao grupo pela Coroa, entre 1680 e 1802 cuja demarcação toma a igreja do aldeamento como centro, e dela projeta em cruz quatro linhas de uma "légua de sesmaria" (6600 m), o que resulta numa área total de 14.294 ha. No entanto ao se estabelecer pela primeira vez no local (1937) com o reconhecimento do grupo, a implantação de um posto indígena e a demarcação das terras (1941), o SPI não respeitou a pretensão do grupo às tradicionais quatro léguas quadradas e reduziu do quadrado assim delimitado 3 km a Leste e 3 km a Norte, trazendo a área total à 8100 ha.

Mesmo com esta redução, posseiros que encontram-se ao sul da área entram na justiça em 1949 e em 1960 reivindicando a nulidade da demarcação na primeira vez e seu "uso capião" na segunda. Nas duas vezes a justiça é favorável aos pankararú, mas a demora dos processos leva a um acirramento das tensões, com conflitos localizados em 1966.

Em 1984 um Grupo de Trabalho da FUNAI é enviado à área para

realizar um levantamento fundiário e da situação social. Novamente fica evidenciada a continuidade da situação de conflito, e uma estimativa de intrusamento de aproximadamente 540 posseiros, ocupando pequenos lotes de lavoura temporária. Como resultado dos levantamentos o GT apresenta em 1987, a proposta de demarcar a área total de 14294 ha.

Neste mesmo ano os posseiros, representados pelo sindicato dos trabalhadores rurais de Petrolândia mobilizam-se novamente, através de uma proposta de negociação segundo a qual em lugar da área indicada pelo GT da FUNAI, o grupo indígena trocava as áreas já densamente ocupadas por posseiros por outras, em outra localidade.

Apesar deste documento indicar o reconhecimento, por parte do sindicato, do direito indígena à terra e abrir um canal de negociação. Simultaneamente no entanto, gerando mais tensões representantes do sindicato prestaram declarações à imprensa desconhecendo o conflito, a anterioridade da posse indígena e acusando a FUNAI de fomentadora de um "clima artificial de tensão entre índios e posseiros".

Dois meses depois no entanto, contrapondo-se tanto à proposta do sindicato, quanto a do GT/84; do grupo, e à própria legislação, que estabelecia o "desintrusamento" como etapa anterior e necessária à homologação da Área Indígena, o governo federal homologa os 8100 ha estabelecidos pelo SPI. Esta decisão sustentava-se numa reunião entre a FUNAI e lideranças Pankararú, em que se reconhecia o direito do grupo às 4 léguas-em-quadra mas resolvia pelos 8100 ha a partir de um acordo no qual a FUNAI garantia que isto implicaria na retirada imediata dos posseiros, o que não aconteceu.

Pankararé/Brejo do Burgo. No caso dos que ficaram na Bahia, localizados no Brejo do Burgo, o início do conflito com pequenos agricultores sem terra data do final do século XIX, se prolongando também até hoje. Já a primeira tentativa de demarcação do território Pankararé aconteceu em 1976, e seguiu-se a iniciativa da Secretaria do Meio Ambiente/BA de criar uma estação ecológica na região do Raso da Catarina, onde está localizada uma aldeia Pankararé. Um ano antes (1975) foi realizado um recenseamento indígena onde se constatou a existência de 1093 Pankararé, sendo a quase totalidade destes habitantes do Brejo do Burgo. O censo indica ainda um total de cerca de 1600 não-índios residentes na região de Brejo do Burgo.

Ao final do ano de 1976 foi criada a Reserva Ecológica do Raso da Catarina englobando boa parte da área de caça Pankararé. Os conflitos se

acentuam em 1979 com o assassinato do Cacique Pankararé Ângelo Pereira Xavier, e em 1980 um segundo GT concluiu ser inviável a criação de uma reserva contígua Pankararé argumentando que a grande presença de posseiros "misturados" com os índios a inviabilizavam.

Um ano depois a FUNAI defendeu a regularização de posses individuais para os índios, juntamente a definição de áreas para usufruto do grupo como um todo, no entanto, a proposta não foi adiante devido a imprecisão dos limites das posses e da resistência dos posseiros.

Em 1983 dá-se a instalação de um posto indígena da FUNAI. Um ano depois os Pankararé demarcam sua própria área, ainda em 1984 um GT da FUNAI propõe aos Pankararé uma área contígua de 20.410 ha. Baseando-se em negociações realizadas entre as partes no ano anterior. Com o fracasso da proposta, há novo período de tensão em 1985 e como nos anos anteriores, o trabalho é interrompido por acordo entre os posseiros e os índios. Desta vez ficava proposta a criação da área indígena Pankararé para usufruto coletivo de todo grupo, além da posterior criação de uma outra área em Brejo do Burgo com aproximadamente 7.500 ha.

De fato em 1986, é concluída a demarcação de uma superfície de 29.597 ha, referente a AI Pankararé. O episódio da demarcação física da área Pankararé mostra o clima de tensão na área e como as duas áreas são negociadas em conjunto: depois um acordo entre posseiros e índios realizado com intermediação da Diocese de Paulo Afonso em novembro de 1984, a área começou a ser demarcada no ano seguinte. Esta demarcação foi, no entanto interrompida, pelos posseiros, que alegavam que o acordo não estava sendo respeitado, o que agravou a situação de tensão. Novo acordo foi realizado em agosto de 1985, que garantia a demarcação da área de Pankararé e propunha a criação de uma área em Brejo do Burgo. Novamente a demarcação é contestada e depois de novo acordo, a terra foi finalmente demarcada em 1986 com 29.597 ha.

Contudo a área Pankararé não foi sequer delimitada, ou seja, não chegou a ser reconhecida formalmente, dada a novas contestações dos posseiros ao cumprimento do acordo.

Com a não demarcação do território indígena de Brejo do Burgo, os Pankararé também passaram a questionar a validade da demarcação de 1986 e a reivindicar novamente a formação de um território contíguo (Brejo mais Raso) de aproximadamente 44.000 ha. Somente em 1991 a partir de um conflito, foi criado novo GT que se definiu favorável a criação da AI Brejo do

Burgo perfazendo um total de 17.700 ha aproximadamente e contra a formação de uma área mista que acomodasse índios e posseiros.

À 28 de maio de 1992 o Ministro da Justiça delimita a AI Brejo do Burgo com a extensão prevista pelo GT de 1991, sem no entanto tomar qualquer providência quanto aos motivos do conflito, ou seja, a presença dos posseiros dentro da área

* * *

Ao longo de todo este período de conflito e luta pela regularização de suas posses, foram frequentes as saídas de índios dessas áreas procurando melhores condições. Essas saídas podendo ser individuais, como muitas vezes se dá a saída de filhos para cidades próximas ou mesmo de outros estados, principalmente para os subúrbios ou favelas de São Paulo, ou podendo ser coletivas, resultando na criação de outros núcleos indígenas. Esse é o caso dos grupos Geripancó e Kantaruré, que numa data difícil de recuperar mas que remete ao século XIX, se destacaram do grupo Pankararú.

Geripancó. Depoimentos dos índios mais velhos afirmavam que seus antepassados ao migraram para aquele local haviam adquirido posse de terra no lugar onde se encontram hoje, no povoado do Ouricuri, com extensão de mais de três léguas.

Seu reconhecimento oficial no entanto começa apenas em 1975, com o auxílio dos Xucurú-Kariri, sendo visitados por um antropólogo em 1985, que então desencadeia o processo de reconhecimento pela FUNAI, que no ano de 1986 tenta, sem sucesso, acordo com a Prefeitura de Água Branca para cessão de terras aos índios. O prefeito discordava da solicitação do órgão tutor, alegando que este deveria promover a demarcação da área ocupada pelos Geripancó, para evitar assim problemas com não-índios.

Em 1988 o órgão apontava as terras dos Geripancó com extensão aproximada de 9 Km no sentido Leste/Oeste e 9 Km no sentido Norte/Sul e informava a existência de vários posseiros nessa área indicada, entre os quais a Cia. Agro-Fábrica de Delmiro Gouveia, e que os índios possuíam até 1986, apenas 15 ha.

Em 1987 a FUNAI antes mesmo de realizar qualquer estudo de identificação e de reconhecimento sobre o grupo e de suas terras, adquiriu por renúncia de domínio, uma gleba com 200 ha desmembrada da fazenda denomi-

nada Padre Cícero III, para usufruto dos Geripancó. Apenas em 1992 foi constituído GT inter-institucional para realizar identificação da AI Geripancó. Estimativa da equipe técnica que procedeu o trabalho indica extensão aproximada de 1.100 ha, ai já incluídos os 15 ha ocupados pelos índios até 1986 e os 200 ha adquiridos e "demarcados" pela FUNAI em 1987. Existem cerca de 43 posses não-indígenas dentro dos limites identificados.

Kantaruré. Já os Kantaruré teriam sua origem ligada aos movimentos de Pankararú que acompanhavam os cortejos à Nossa Senhora da Saúde de Tacaratú quando esta saía em visitas aos municípios próximos desprovidos de seus próprios santuários. Nestas viagens muitos índios conheciam e se estabeleciam em outras localidades, tendo sido formado assim um núcleo no pé da Serra da Batida em Glória-BA, onde à época não existia qualquer povoamento.

Neste caso, o reconhecimento oficial começou em 1985, com o apoio dos pankararé, que encaminharam seus primeiros contatos com a FUNAI. Mas o órgão somente em março de 1989 enviou uma assistente social ao povoado da Batida com o objetivo de verificar a "real situação da comunidade" que reivindicava reconhecimento oficial. Foi elaborado "Relatório" concluindo sobre a "necessidade de realizar estudo antropológico", a fim de que fosse decidido, "*se realmente este grupo que se diz índio, é realmente de fato*".

Ainda no ano de 1989 a FUNAI designou uma antropóloga para "estudar a condição étnica da comunidade que se auto-identifica como indígena".

O grupo hoje vive em situação precária ocupando área bastante reduzida, dispondo apenas de pequenas roças sem desenvolver criatórios, onde se dispõem dois núcleos distantes uma légua aproximadamente, que somam 38 famílias, aproximadamente 180 pessoas. Os índios dizem existir escritura das suas terras que teria se perdido (a base é 5 léguas) onde estariam demarcados os limites "Fonte do Salgado do Benício" até o "Cipó de Caititu", mais "Serra dos Negros" e "Olho D'Água dos Coelhos".

Apesar dos estudos técnicos realizados que indicam o reconhecimento do grupo, não foi enviado até o momento um GT para a área objetivando a preparação de uma proposta de limites.

OS TUXÁ

Hoje os Tuxá estão divididos em três grupos que ocupam três terras indígenas sendo que uma reparte-se em duas áreas. O grupo ocupava tradicionalmente as áreas circunvizinhas à Rodelas-BA e uma rua da própria cidade e a Ilha da Viúva, sua única área agricultável. A primeira repartição se deu há algumas décadas, quando um grupo foi para Itacuruba-PE.

Ambas as áreas no entanto, com a subida do lago de Itaparica foram inundadas, obrigando aos grupos entrarem em acordo com a CHESF para os devidos reassentamentos.

No caso dos Tuxá de Itacuruba houve transferência para Inajá-PE, e no caso dos Tuxá de Rodelas houve transferência para duas novas áreas.

Nova Rodelas/Riacho do Bento. No caso dos Tuxá de Rodelas as negociações para a transferência resultaram em graves problemas políticos que chegaram a levar a uma nova repartição do grupo. Sob a liderança do então Cacique Manoel Eduardo Cruz (Bidu) e do Pajé Armando Gomes Tuxá, um grupo de índios Tuxá (de Nova Rodelas) opta pelo reassentamento em Riacho do Bento, área que em passado remoto, fora habitada pelos Tuxá e que está situada a aproximadamente 20 Km da sede da cidade de Nova Rodelas, caracterizada como caatinga e possuindo 4.000 ha.

O segundo grupo então liderado por Manoel Novaes, intitulado cacique, decide-se pelo estabelecimento no município de Ibotirama, a 1.200 km de Rodelas, onde a CHESF viria a adquirir para o reassentamento deste grupo as Fazendas Morrinhos e Oiteiros, terras às margens do Rio São Francisco, com aproximadamente 2.019 ha.

Embora a proposta da CHESF viesse a estabelecer uma forma de permuta da antiga área ocupada pelo grupo indígena, a ser inundada pelo reservatório de Itaparica, por duas novas áreas para o reassentamento do grupo, o que supostamente se faria acompanhado pela implantação de um projeto básico de infra-estrutura subsidiário ao realocamento do grupo, de fato tais medidas ficaram aquém das expectativas do grupo uma vez que tanto a CHESF como a FUNAI abstêm-se de qualquer tipo de solução efetiva para o caso.

Hoje, já decorridos seis anos desde a feitura do convênio CHESF /FUNAI (1986) ambas as áreas carecem de todo o tipo de assistência, haja visto que a CHESF descumpriu completamente o cronograma de obras, não instalando a infra-estrutura necessária à retomada das atividades agrícolas mesmo em Ibotirama. O grupo de Nova Rodelas\ Riacho do Bento então está em ne

gociações para que aquele primeiro acordo seja transformado, ampliando a área irrigada para 4ha por família. A CHESF já concordou verbalmente, faltando apenas fixar o acordo por escrito, o que era para ser feito numa reunião à 30 de julho, na qual a empresa não compareceu.

XUKURU-KARIRI DE QUIXABA

Autores do século XVIII registram informações acerca de aldeamento onde atualmente localizam-se os Xukuru-kariri. Ao descreverem a Freguesia de Palmeira dos Índios, referem-se a presença de um missionário que teria recebido doação de meia-légua (1.200 braças) de terra para construção de capela em local onde habitavam índios.

A área Quixaba é adquirida para o assentamento de índios Xucuru-Kariri transferidos da AI Fazenda Canto, Palmeira dos Índios/AL, após um membro da família dos Sátiro ter praticado homicídio contra um índio da família Celestino (grupo familiar dominante entre os Xucuru-Kariri).

Em 1986 a FUNAI deslocou cinco famílias pertencentes à Sátiro para quatro casas adquiridas em uma localidade distante 2 Km da cidade de Ibotirama, oeste da Bahia. Posteriormente, foi adquirido pela FUNAI um imóvel com 62 ha, que seria destinado ao reassentamento dessas famílias denominado Fazenda Passagem e depois AI Barra . No entanto, essa gleba além de pendências judiciais e conflitos entre fazendeiros locais pela sua posse, estava sujeita a alagamentos em virtude de enchentes periódicas que ocorrem naquela região do São Francisco. Os índios alegavam que a opção apresentada por eles de uma outra área não foi considerada pelo órgão .

Essa situação fez com que os Xucuru-Kariri se mobilizassem pressionando a FUNAI, que resultou ainda no final de 1986, em nova transferência. Foram então reassentados em outra área, também adquirida pela FUNAI, no povoado da Quixaba, município de Nova Glória, norte da Bahia. O imóvel localizado às margens do rio São Francisco denomina-se Fazenda Pedrosa e tem extensão de 18 ha. Os índios foram alojados à época, em barracas fornecidas pelo Exército, pois não dispunham de qualquer infra-estrutura na área. Posteriormente foram construídas algumas casa, com recursos oriundos da Diocese de Paulo Afonso, que no ano de 1989 viria ainda adquirir (e registrar em seu nome), através de doação de instituição alemã, gleba contígua à Fazenda Pedrosa, com aproximadamente 21 ha.

Levantamento realizado em junho de 1992, constatou ali a presença de 94 índios. Houve um acréscimo populacional com a chegada de outras famí-

lias Xucuru-Kariri oriundas da AI Fazenda Canto e de novos casamentos entre eles. Hoje a terra que dispõem é insuficiente para a população ali residente, além de existir a necessidade de reservar parte da mesma para as práticas religiosas como o "Poró".

Os Xucuru-Kariri dizem existir terras vizinhas disponíveis e se mobilizam para que novas glebas sejam adquiridas para serem incorporadas à AI.

TRUKÁ

A Aldeia de Assunção foi fundada provavelmente em 1722, e ficava situada em uma grande ilha com esse mesmo nome. Durante grande parte do século XIX, ela existiu e persistiu, afligida por problemas que revelam um processo de disputa entre seus moradores e os chamados poderes de Cabrobó. Esta disputa implicava não só a posse das terras do aldeamento, mas também o controle sobre o rebanho existente e que pertencia ao aldeamento, e em especial, a utilização dos índios enquanto mão-de-obra escrava ou servil.

Após a transferência da sede da Ilha para Cabrobó, depois da independência do Brasil, a Comarca Municipal fez arrendar, por nove anos, toda a Ilha e o grupo e ilhotas a ela pertencente, ficando os índios dependendo de favor dos rendeiros para poderem manter as suas criações unidas e plantarem para a sobrevivência. Para completar o processo, o Juiz Municipal mandou colocar em hasta pública o gado dos índios e promoveu perseguição e escravização dos índios da Ilha.

Entre o final do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX, o quadro local passou por modificações significativas, pois em 1920, baseando-se na alegação do Bispo de Pesqueira de que a Ilha da Assunção pertencia ao patrimônio da Igreja, graças a doação feita pelos índios à Nossa Senhora, o cartório da Comarca de Belém de São Francisco, lavrou a escritura de compra e venda de toda a Ilha da Assunção, expropriando-a do grupo.

Os turká, em meados da década de 40, em meio as discussões sobre serem eles índios ou não, iniciaram um processo de reivindicação à terra, junto ao SPI, graças aos contatos mantidos entre eles e os Tuxá de Rodelas. Através destes, os Turká ficaram sabendo da existência do Serviço de Proteção aos Índios e da possibilidade de, obtendo o seu apoio, serem capazes de impedir o processo de expulsão das terras por parte de alguns dos "compradores" das terras da ilha.

Após troca de correspondência, via telegramas, e deslocamentos feitos ao Recife e à antiga Capital Federal (Rio de Janeiro), os Turká conseguiram

ram que o SPI, através de um processo jurídico, instaurasse uma Ação de Nulidade de Venda e Reintegração de Posse. Esta ação percorreu o foro Municipal, Estadual e, atualmente, encontra-se no Supremo Tribunal da União. Mas como decorrência da extrema morosidade do processo judicial e da morte da liderança Truká, viveu-se um quadro de refluxo, onde o grupo acomodou-se dentro do esforço físico disponível, com a saída de algumas famílias e a retirada do SPI

No final da década de 50 e meados de 60 o estado de Pernambuco, ignorando a Ação impetrada pelo SPI, comprou parte da Ilha de Assunção, tendo em vista a instalação (em 1965) de um Núcleo de Colonização, o que permitiu o aparecimento de pessoas externas a comunidade, agora, sentindo-se com direito à terra na Ilha de Assunção. No final da década de 60 o CRC entrou em processo de extinção, em decorrência de crise financeira, tendo parte do seu espólio passado a ser gerido pela Companhia de Produção de Mudas e Sementes Seleccionadas do estado de Pernambuco - SEMEMPE.

O trecho de terra da Ilha de Assunção transformou-se em campo de produção de mudas, e tal alteração resultou em tensões com os moradores locais. Com a iminência de serem expulsos dos antigos locais de moradia e plantio, o grupo retomou o processo de reivindicação da terra, terminando em meados da década de 70, em estabelecer contato com a FUNAI.

No entanto o processo de deslegitimação do grupo e de abandono do local por parte do órgão foi tão efetivo que, no momento em que o grupo, já na década de 70, estabelece contatos com a FUNAI, esta leva alguns anos para descobrir que o grupo tinha uma história anterior de demanda pela posse legítima da terra.

A FUNAI obteve, em 1981, a cessão de dois lotes (14 ha) da SEMEMPE, para uso temporário de todo o grupo. Em 1982 os Truká passaram a uma ação mais direta e ocuparam um trecho, conhecido como Bomba I (70 ha) e passaram a sofrer um processo de hostilização por parte dos funcionários da SEMEMPE e da força policial local. Apesar de toda a pressão, o trecho passou a ser ocupado de forma permanente pelos Truká, embora ainda fosse insuficiente para garantir a reprodução de toda a comunidade indígena. Os Truká, pressionam a FUNAI, através de movimentos mais articulados, contando para tal, com o apoio do CIMI de Recife, e cobertura da imprensa regional.

Após muitos conflitos vividos entre os Turká e os funcionários da SEMEMPE, com mediações tanto do CIMI como da FUNAI, foi feito acordo entre o estado de Pernambuco e o Governo Federal, onde a SEMEMPE entregou/cedeu parte do trecho da Ilha sob seu poder à FUNAI.

PRIMEIRAS CONSIDERAÇÕES

Questões Referentes à Regularização Fundiária

Boa parte dos problemas que envolvem as terras indígenas do Nordeste estão ligados à indefinição da situação de suas posses. Dos dez grupos que estudamos apenas um tem sua posse definida e desimpedida e seu caso é significativo para começarmos a entender a questão.

A terra Tuxá que inclui as AIs Nova Rodelas e Riacho do Bento - BA, são como vimos, fruto das alterações regionais de um "grande projeto", a UHE de Itaparica. E foi a presença deste grande interesse que produziu a vontade política necessária para viabilizar a regularização daquela posse indígena, já que de um lado um movimento sindical e uma liderança, já que de um lado um movimento sindical e uma liderança indígena atuantes e de outro as exigências do BID não deixavam escolha.

Uma outra terra tem também sua situação jurídica homologada, a terra Xocó que inclui as AIs Caiçara e Ilha de São Pedro - SE. Neste caso a enorme mobilização do grupo e o apoio da Diocese local não permitiriam que a FUNAI continuasse indiferente às reivindicações. No entanto, neste caso a homologação não veio acompanhada das necessárias indenizações para a retirada dos posseiros. A regularização é formal mas não de fato, já que o que garante uma terra é não ter seus limites questionados.

Outro caso próximo ao dos Xocó é o dos Pankararú, em que a terra foi homologada mesmo tendo sido em suas bordas um grande número de posseiros. Neste caso há o agravante do grupo ter concordado em reduzir a área que reivindicava originalmente em função do desintrusamento que ao final não ocorreu.

A regularização fundiária não é portanto um caminho de mão única, mas antes é um conjunto complexo de questões que envolvem negociações e pressões políticas, onde muitas vezes os que se enfrentam não conseguem provar legalmente seus direitos, e nem provando tem que entrar em acordo.

A regularização então pode ser rápida quando envolve grandes interesses como os de uma UHE, ou podem ser muitíssimo demoradas quando os que se enfrentam são trabalhadores igualmente pobres e com tantos direitos quanto necessidade àquelas terras. Neste caso então é preocupante ver agentes sociais igualmente expropriados lutando entre si, usando os mesmos argumentos que historicamente tem servido para expropriá-los.

Questões referentes às UHE

Um problema que atinge 8 das 10 terras indígenas com que trabalhamos são as UHEs. Mas para começar a trabalhar com este problema é preciso fazer distinções que ajudem a trabalhar com os diferentes casos.

Um grupo pode ser atingido por uma UHE **diretamente**, como foi o caso dos Tuxá, quando são transferidos por terem suas terras inundadas, ou **indiretamente**, quando sofrem por exemplo o afluxo de pessoas deslocadas por estas obras, sejam elas atingidas também, ou trabalhadoras dos canteiros de obras, como foi o caso dos Pankararú.

Quando um grupo indígena é atingido diretamente e tem que ir para uma agrovila, ele sofre de um problema suplementar, que é ver-se desprovido de toda forma de organização espacial, que observa o parentesco e as tradições religiosas e rituais, do tipo de moradia e do ritmo de vida e de relacionamento que são considerados por eles mesmos para manter sua identidade como índios.

De outro lado este impacto acaba por fazer também que tais grupos tenham um contato maior com os sindicatos de trabalhadores da região, dada a natureza das reivindicações. Mas para que exista uma aliança real entre eles é necessário que o sindicato, como órgão organizado de reflexão, procure estabelecer uma relação com estes grupos que não agrada o impacto de todas estas condições que vão fazendo com que estes grupos sejam impedidos de se considerarem como indígenas.

Questões referentes aos "posseiros"

Das dez terras com que trabalhamos neste relatório, sete encontram-se já em conflito aberto com "posseiro" e duas apontam para possíveis conflitos, as dos Geripancó e dos PanKaruré.

No entanto, para que seja possível pensar estas situações é preciso também fazer distinções sobre as diferentes realidades que encobrem a designação única de "posseiros" encobre. Isto é, é possível perceber uma tendência dos agentes ligados ao movimento sindical, em sinpatizar de princípio com a situação de "posseiros", ao mesmo tempo que é possível perceber nos agentes ligados ao movimento indígena um sentimento inverso. No entanto, é importante lembrar que essa designação é usada para descrever situações muito diferentes com relação ao tipo de agentes:

- pequenos produtores
- fazendeiros de diferentes tamanhos
- empresas agro-industriais
- locações urbanas

Com relação aos diferentes usos:

- terras devolutas usadas em comum
- fundos de pasto
- posse sem residência, de que se usufrui através de arrendamento ou de "meia"
- agricultura temporária
- agricultura permanente
- reserva para extração de madeira
- área de caça

E com relação à sua situação legal:

- propriedade regularizada
- posse com o pagamento de impostos
- posse em duplicidade legal, por mudanças na legislação ou por compra à grileiros
- "uso capião"

Todas essas situações diferenciadas possibilitam saídas diferentes através de diferentes acordos. Tomá-las todas juntas indistintamente pode apenas acirrar conflitos e produzir injustiças. De outro lado, um recurso sempre utilizado pelos "posseiros", é o de não permitir os levantamentos fundiários.

Para gerir esses conflitos no entanto, é preciso que as organizações de apoio conheçam as realidades de cada caso, possibilitando uma ação como mediadoras e fiscalizadoras dos conflitos e não como agravantes do problema.

Questão do contato entre experiências políticas indígena e camponesa

Nas regiões sul e norte do país existe uma relação não apenas amigável, mas um trânsito de experiências entre grupos indígenas e grupos camponeses. As lutas indígenas chegaram mesmo, por sua anterioridade, a emprestar exemplo e apoio real às lutas camponesas. Portanto, alianças são possíveis, sendo preciso pensar mais detalhadamente no que as impedem de correr no sub-médio São Francisco. Algumas saídas no entanto vem sendo esboçadas, como a "I Conferência da Terra" que envolveu, em novembro de 92 a AATR, SASOP, FETAG/BA, DTR/BA e ANAÍ/BA, de um lado e de outro os grupos

Pankararé, Kiriri, Kaimbé, Xukuru-Kariri, Pataxó, Kantaruré, Pataxó-Hã-Hã-Hã.

Essa é uma questão importante na medida em que, a distância entre organizações civis indígenas e não indígenas, e até mesmo a oposição entre elas, tem levado a que os poucos nomes de projeção política local do movimento indígena acabem se filiando a partir dos partidos eminentemente conservadores a nível nacional.

Como vimos, a oposição histórica entre camponeses e estado tem um contraponto nas alianças também históricas entre índios e estado, e talvez isso explique em parte a distância desses movimentos. No entanto, no momento atual, em que uma série de organizações indígenas autônomas tem surgido já independentes da tutela do órgão indigenista oficial, é preciso ter atenção às suas expressões e forma de organização, para que seja aberto um caminho nesta distância criada pela diferentes experiências políticas historicamente formadas.